



## **DELIBERAÇÃO NORMATIVA N.º 30 de 19 de agosto de 2021**

### ***Estabelece critérios e normas para elaboração de inventário florestal em área de preservação permanente e dá outras providências***

O Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 5º, da Lei nº. 3.596, de 26 de Julho de 2002; Lei nº 3.717/2004 de Política Ambiental do Município de Patrocínio/MG, regulamentada pelo Decreto nº. 3.372 de 05 de Maio de 2017;

DELIBERA:

**Art. 1** - A formalização de processos para intervenção ambiental relativos à área de preservação permanente para uso alternativo do solo, em áreas iguais ou superiores a 2 ha (dois hectares), depende da apresentação do Plano de Utilização Pretendida - PUP com inventário florestal qualitativo e quantitativo, os quais devem ser elaborados e executados sob responsabilidade técnica de profissional devidamente habilitado, sendo necessária a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

**§ 1º** A formalização de processos relativos à intervenção em área de preservação permanente para uso alternativo do solo em áreas inferiores a 2 ha (dois hectares), depende da apresentação do Plano de Utilização Pretendida Simplificado.

**§ 2º** O órgão ambiental poderá exigir a apresentação de inventário florestal qualitativo e quantitativo nos casos descritos no parágrafo anterior para tipologias florestais especialmente protegidas.

**§3º** O fracionamento do requerimento de supressão de vegetação nativa não exige a apresentação do Inventário Florestal qualitativo e quantitativo.

**Art. 2** - As parcelas amostrais do inventário florestal deverão ser demarcadas em campo de forma visível, bem como georeferenciadas na planta topográfica.

**Art. 3** - As áreas de intervenção ambiental solicitadas deverão ser georeferenciadas conforme as especificações para a formatação de arquivos de representação geográfica descritas a seguir:

I - Arquivos digitais, formato Shape File (SHP) em mídia óptica (CD ou DVD), os seguintes arquivos:



- a)** 1 (um) arquivo, no formato SHP\*\*, contendo o polígono da propriedade rural, com a seguinte nomenclatura: "POL\_PROP";
- b)** 1 (um) arquivo, no formato SHP\*\*, contendo o(s) Polígono(s) da Reserva Legal, com a seguinte nomenclatura: "POL\_RL". No caso de Reserva Legal a ser recomposta, deverá(ão) ser apresentado(s) Polígono(s) diferente(s) com a seguinte nomenclatura: "POL\_RLR";
- c)** 1 (um) arquivo, no formato SHP\*\*, contendo o(s) Polígono(s) da(s) Área(s) de Intervenção Ambiental, com a seguinte nomenclatura: "POL\_IA";
- d)** 1 (um) arquivo, no formato SHP\*\*, contendo o(s) Polígono(s) da(s) área(s) de APP, com a seguinte nomenclatura: "POL\_APP" (não obrigatório);
- e)** 1 (um) arquivo, no formato SHP\*\*, com o ponto referente à sede da propriedade rural, com a seguinte nomenclatura: "PTO\_SEDE";
- f)** 1 (um) arquivo, no formato SHP\*\*, contendo polilinhas que representam os rios, córregos, nascentes e cursos d'água, com a seguinte nomenclatura: "PL\_HIDRO";
- g)** 1 (um) arquivo no formato PDF, da planta georreferenciada do imóvel, com a(s) área(s) de Reserva Legal demarcada(s), com as Área(s) de Intervenção Ambiental, com as Área(s) de Preservação Permanentes, a representação do rios córregos, nascentes e cursos d'água.

**II - Sistemas de Coordenadas e Datum de referência:** Fica estabelecido como padrão o Datum WGS84 ou SIRGAS-2000, sendo necessária a configuração do respectivo fuso em que o empreendimento se enquadra, quando o arquivo de origem tiver como sistema de coordenadas o padrão Universal Transverso de Mercator (UTM).

**Art. 4 –** A SEMMA devem fazer a conferência do inventário florestal observando os instrumentos científicos disponíveis.

Parágrafo único. O órgão ambiental deverá realizar a conferência em campo do inventário florestal em, no mínimo, 10% (dez por cento) das parcelas amostrais.

#### INVENTÁRIO FLORESTAL

##### 1 – Informações Gerais;

##### 1.1 - Qualificação do requerente/elaborador/executor:

**1.1.1 -** Requerente: denominação ou nome, endereço completo, CNPJ ou CNPF, número de registro no IEF, categoria (consumo e produção industrial, se for o caso), número do Cartão de Produtor Rural e telefone para contato.

**1.1.2 -** Elaborador: denominação ou nome, endereço completo, CNPJ ou CNPF, responsável técnico, número do registro no CREA, número do "visto"/ região (se for o caso), telefone para contato.



**1.1.3** - Executor: denominação ou nome, endereço completo, CNPJ ou CNPF, responsável técnico, número do registro no CREA, número do “visto”/região (se for o caso), registro no IBAMA ou IEF (se pessoa jurídica) e telefone para contato.

**1.2** - Identificação da propriedade.

**1.2.1** - Denominação.

**1.2.2** - Município.

**1.2.3** - Localização/Logradouro.

**1.2.4** - Título de propriedade/posse (matrícula/registo, escritura, e outros admitidos em Lei). **1.2.5** - Contrato de arrendamento, comodato e outros admitidos em Lei, quando em propriedade de terceiros.

**1.2.5** - Identificação do Cartório.

**1.2.6** - Inscrição de cadastro no INCRA.

**1.2.7** - Inscrição de Produtor Rural.

**1.2.8** - Croqui de localização e acesso à propriedade.

**2** – Características do Projeto:

**2.1** – Meio Físico

**2.1.1** – Clima

**2.1.2** – Solos

**2.1.3** – Hidrografia

**2.1.4** – Topografia

**2.2** – Meio Biótico

**2.2.1** - Meio biótico: Descrição sucinta das tipologias vegetais e de elementos da fauna, a partir de informações secundárias;

**2.2.2** - Vegetação: descrição da tipologia vegetal e fitofisionomia da área do projeto, relacionando as espécies arbóreas ocorrentes, indicando as de valor comercial, as raras, as ameaçadas de extinção, as de valor medicinal, as de valor alimentício, etc;

**2.2.3** - Fauna: considerações quanto à sua importância, com relação a mamíferos, aves, répteis e insetos, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, as raras e as ameaçadas de extinção. Os dados de fauna da região ou sítio poderão ser provenientes de dados secundários, posteriormente conferidos “in loco” pelo elaborador;

**2.2.4** - Meio sócioeconômico: caracterizar a área no seu aspecto sócioeconômico, bem como a área de influência do projeto, ressaltando os benefícios gerados pela atividade;

**3** – Do Desmatamento:

**3.1** - Planta planimétrica ou planialtimétrica da propriedade, contendo:

**3.1.1** - Área total da propriedade;



- 3.1.2** - Área de Preservação Permanente e Reserva Legal;
- 3.1.3** - Área com cobertura vegetal nativa;
- 3.1.4** - Área a ser desmatada e sua localização;
- 3.1.5** - Área de pastagem, agricultura, reflorestamento, infraestrutura, hidrografia, rede viária e rede de alta tensão;
- 3.1.6** - Localização das unidades amostrais (planilha com as coordenadas dos vértices das parcelas);
- 3.1.7** - Localização, se for o caso, de Unidades de Conservação adjacentes ou inclusas à propriedade;
- 3.1.8** - Confrontantes;
- 3.1.9** - Coordenadas geográficas - UTM da área a ser desmatada e da Reserva Legal, informando o fuso, o Datum Horizontal e a identificação da carta.
- 3.2** - Inventário Florestal - Metodologia: Devem ser mensurados os indivíduos com DAP (diâmetro à altura do peito) maior ou igual à 5,0 cm:
  - 3.2.1** - Relações volumétricas utilizadas;
  - 3.2.2** - Definição técnica do método de amostragem utilizado;
  - 3.2.3** - Definição técnica da intensidade amostral;
  - 3.2.4** - Método de cubagem rigorosa utilizado e apresentação dos dados obtidos ou Método utilizado para cálculo de estimativas de volume (equação volumétrica), com devida justificativa técnica;
  - 3.2.5** - Processo de amostragem;
  - 3.2.6** - Descrição e justificativas do processo de amostragem utilizado;
  - 3.2.7** - Tamanho e forma das unidades amostrais;
  - 3.2.8** - Análise estrutural da floresta contendo: perfil da floresta, dados de abundância, dominância, frequência e índice de valor de importância;
- 3.3** - Análise dos dados estatísticos de amostragem:
  - 3.3.1** - Estimativa da média volumétrica por unidade amostral/hectare em m<sup>3</sup> e st;
  - 3.3.2** - Estimativa do volume total da população em m<sup>3</sup> e st;
  - 3.3.3** - Variância;
  - 3.3.4** - Desvio-padrão;
  - 3.3.5** - Volume médio;
  - 3.3.6** - Valor "T" de student a 90% de probabilidade;
  - 3.3.7** - Erro-padrão da média;
  - 3.3.8** - Coeficiente de variação;
  - 3.3.9** - Limite de erro de amostragem admissível de 10%, ao nível de 90 % de probabilidade;



**3.3.10** – Erro calculado de amostragem;

**3.3.11** – Intervalos de Confiança

**3.3.12** – Outros dados pertinentes;

**3.4** - Listagem das espécies florestais (nome regional e nome científico):

**3.4.1** - Numero de árvores: por espécie, por classe diamétrica e por hectare;

**3.4.2** - Área basal, volume e frequência: por espécie, por classe diamétrica, por unidade amostral e por hectare;

**3.4.3** - Relatório final contendo tabela de DAP médio, área basal, altura média, número de árvores por hectare e volume em m<sup>3</sup> e em st por parcela, por hectare e volume total em m<sup>3</sup> e em st.

**3.5** - Sistema de exploração:

**3.5.1** – Planejamento da exploração;

**3.5.2** – Volume a ser explorado por classe de DAP, por espécie, por hectare e por talhão ao ano;

**3.5.3** – Apresentação da metodologia das operações de exploração florestal quanto à derrubada, baldeio e transporte;

**3.5.4** – Cronograma de execução das operações de exploração;

**3.5.5** - Planta topográfica contendo a locação de talhões de exploração, estrutura de estradas, pátios de estocagem e baterias de fornos (se for o caso).

**4** – Planilhas de Campo

**4.1** - As planilhas de campo contendo os dados necessários para cálculo de volume, cubagem rigorosa e fatores de conversão, obrigatoriamente devem ser entregues no formato digital, compatível com excel, juntamente com o Plano de Desmatamento a ser analisado pelo corpo técnico da SEMMA.

**5** - Parcelas Amostrais:

**5.1** - As parcelas amostrais utilizadas para o inventário florestal devem ser corretamente demarcadas em iguais dimensões, identificadas e preservadas para vistorias realizadas pelo corpo técnico da SEMMA.

**6** - Análise dos Impactos Ambientais Prováveis de Propostas Mitigadoras.

**7** – Bibliografia

**Art. 5** Esta Deliberação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio, 19 de agosto 2021

---

Antônio Geraldo de Oliveira